

EFEITO DE ELEMENTOS EXTERNOS AO SN NA IDENTIFICAÇÃO DE REFERENTES

Yara Goulart Liberato*

RESUMO

Neste trabalho procura-se mostrar que a informação exigida para a identificação de referentes pode ser encontrada em espaço externo ao Sintagma Nominal. Para tanto, discutem-se as condições sob as quais um Sintagma Adverbial anteposto pode não só exercer a função discursiva de tópico como, também, a de adjetivo, fornecendo informação relevante para o processo de delimitação do referente.

1 Introdução

Este trabalho se insere numa pesquisa maior que investiga a estrutura do SN em português. A análise proposta sugere que certos aspectos da composição interna do SN são determinados por sua função referencial.

Para dar um exemplo de um SN referencial podemos considerar a seguinte manchete retirada de um jornal:

(1) Charles foi fotografado nu

Normalmente, quando usamos um enunciado de forma declarativa como (1), estamos afirmando alguma coisa sobre alguém ou alguma coisa. Podemos dizer que a pessoa que produziu esse enunciado estava se referindo a uma entidade particular – no caso, o príncipe Charles da Inglaterra, através do SN *Charles* e afirmando algo sobre ela. A essa entidade particular chamamos **referente**. Esse não é o único tipo de referente possível, mas é suficiente para o objetivo deste artigo. (ver Liberato, 1997)

Alguns SNs servem assim para identificar referentes. Todavia nem toda a informação necessária para identificar o referente se encontra no SN. Parte da informação relevante pode vir do conhecimento de mundo armazenado em nossa memória e também de pistas lingüísticas localizadas fora do SN.

* Universidade Federal de Minas Gerais.

Pretendo aqui discutir um desses casos, isto é, o caso dos chamados “advérbios de lugar”, ocorrendo na posição inicial do enunciado. Esses “advérbios”, além de funcionarem como **tópico**, mantêm uma relação estreita com alguns SNs do enunciado, tendo assim um papel importante na identificação de referentes.

2 Advérbios de lugar

Os advérbios, ou sintagmas adverbiais, são normalmente definidos como modificadores do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio. Existem ainda os chamados advérbios de oração, que exprimem um julgamento do falante a respeito de toda a predicação da sentença. Interessam-me aqui aqueles que a gramática tradicional define como “advérbios que se juntam a verbos para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal” (Cunha, 1970, p. 246). Mais particularmente, os chamados “advérbios de lugar”. Tais advérbios especificam um **lugar**, um **espaço concreto** em que, como dizem os gramáticos em geral, “o evento expresso na oração se realiza”.

Pretendo mostrar que alguns desses casos têm efeito de “identificação de referentes” e não de “especificação de lugar de um evento”. Para usar a terminologia tradicional, diria que funcionam como adjuntos adnominais restritivos. Na verdade, sua função específica, explicitada em Liberato (1977), é a função a que chamei **subclassificadora**. Consideremos inicialmente o exemplo (2):

- (2) Essa televisão pega melhor no outro apartamento.

Segundo a análise tradicional, em (2), *no outro apartamento* é advérbio de lugar, pois especifica o lugar em que a televisão pega melhor.

Aparentemente, esse tipo de “advérbio” pode mudar de posição na sentença sem que haja alteração na sua interpretação:

- (3) Essa televisão, no outro apartamento, pega melhor.
 (4) No outro apartamento essa televisão pega melhor.

A diferença que se verifica entre (4), de um lado, e (2)-(3), de outro, é uma diferença discursiva, isto é, os enunciados têm **tópicos** diferentes, mas a interpretação semântica do advérbio não varia nos três enunciados.

Entretanto, a liberdade de ocorrência sem alteração na interpretação não se verifica para todos os casos. Considere-se o seguinte exemplo, emprestado de Fauconnier (1985, 1994, p. 30):

- (5) Na Moldávia o presidente é um tirano.

Como observa o autor, (5) pode receber pelo menos duas interpretações: a) quando está na Moldávia, o presidente (daqui) é um tirano, ou b) o presidente da Moldávia é um tirano (independentemente de onde ele se encontre).

Na primeira interpretação, (5) é semelhante a (2)-(4), isto é, *na Moldávia* “especifica o lugar de um evento”. Já na interpretação (b), *na Moldávia* parece ter outra função, pois, nesse caso, não “especifica um lugar em que o evento expresso na oração se realiza”. Comparem-se agora (6) e (7):

(6) O governo teve problemas em Pernambuco.

(7) Em Pernambuco o governo teve problemas.

A interpretação mais imediata para (6) é que o governo federal teve problemas em Pernambuco. Já em (7), a interpretação mais saliente é de que o governo de Pernambuco teve problemas (que podem estar em outro lugar fora do estado). Ou seja, *em Pernambuco* “especifica o lugar de um evento” em (6), mas não em (7). Em outras palavras, a interpretação mais saliente para (7) é semelhante à interpretação (b) de (5).

É importante observar que as interpretações discutidas acima não são as únicas possíveis para (6)-(7); apenas as mais imediatas. A interpretação de (6) é possível para (7) e vice-versa, principalmente com o auxílio de uma pausa separando o “advérbio” do resto do enunciado. A saliência de uma interpretação para cada enunciado fica mais clara se comparamos:

(8) O governo teve problemas em Pernambuco mas preferiu socorrer outros estados.

(9) Em Pernambuco o governo teve problemas mas preferiu socorrer outros estados.

Considerando (8) e (9) com entonação neutra, vê-se que (8) é natural, ao contrário de (9) – embora (9) seja possível com a pausa. A estranheza de (9) parece se dever à estranheza de um estado resolver os problemas de outro estado em vez dos seus próprios. Assim, (9) é estranha porque trata do governo de Pernambuco. Ao contrário, é mais natural (embora não exatamente mais justo) que o governo central ajude alguns estados em detrimento de outros. Assim, (8), que trata do governo central, é mais natural que (9).

Outros fatores além da entonação podem também favorecer uma ou outra interpretação. Comparemos (6) com:

(10) O governo teve problemas com a arrecadação de ICMS em Pernambuco.

A interpretação mais imediata para *em Pernambuco* de (10) seria, a exemplo do que ocorre em (6), de especificação do lugar onde o governo teve problemas,

e não de especificação do governo que teve problemas. Mas, a partir do nosso **conhecimento de mundo**, deduzimos que o ICMS é arrecadado pelo governo do estado e não pelo governo federal. Então, se se está falando de arrecadação de ICMS, deve-se estar falando de governo estadual. Assim, mesmo sem estar separado do resto do enunciado por uma pausa, o “advérbio” é interpretado como especificando o governo que teve problemas com a arrecadação de ICMS.

3 Contribuindo para identificar um referente

Retomemos agora o exemplo (7) com entonação neutra. Pode-se dizer que, nesse caso, *em Pernambuco* tem uma relação muito mais estreita com o sujeito do que com o resto do enunciado. Nesse sentido, tem função semelhante à de um “adjunto adnominal restritivo”, isto é, de um **subclassificador**, como em **as praias pernambucanas, o governo pernambucano**. Em outras palavras, *em Pernambuco* em (7) delimita uma subclasse de “governos”.

Essa interpretação fica mais clara em sentenças como:

(11) Na França o presidente tem uma casa de verão na Itália.

(12) No Brasil o presidente viaja todo ano ao exterior.

Itália (ou *uma casa de verão na Itália*) não está no escopo da *França*, concretamente falando. São dois espaços geográficos totalmente diferentes. O mesmo se pode dizer de *Brasil* e o *exterior*. Não parece, portanto, *que na França e no Brasil* estejam especificando um lugar em que “se desenvolve o processo verbal” ou em que “o evento expresso na oração se realiza”. O que esses elementos parecem fazer é especificar o presidente do qual se está falando.

Outro tipo de sentença em que a função de adjunto adnominal restritivo, isto é, a interpretação “subclassificadora” do “advérbio” fica mais clara é o de:

(13) Em Minas o governador é do PSDB.

Em (13), a única interpretação possível é aquela em que *em Minas* ajuda a delimitar o referente de *o governador* (isto é, trata-se do governador de Minas), como se pode ver da impossibilidade de:

(14) *Em Minas o governador do Ceará é do PSDB.

Concluindo a discussão feita até aqui, pode-se dizer que a colocação do “advérbio de lugar” no início do enunciado tem como efeito, em certos casos, além da atribuição da função discursiva de tópico, a alteração da sua interpretação, passando de especificador de lugar de um evento a delimitador de um referente.

Vamos agora examinar com mais detalhe os casos em que ocorre essa interpretação “subclassificadora” do “advérbio”.

3.1 Posição

Como já vimos, a interpretação subclassificadora do “advérbio” é mais saliente quando este ocorre no início do enunciado. Relembremos mais uma vez (6) e (7):

- (6) O governo teve problemas em Pernambuco.
- (7) Em Pernambuco o governo teve problemas.

Em (7), *em Pernambuco* especifica o governo que teve problemas, ou seja, funciona como se fosse um subclassificador. Por outro lado, na posição final, como em (6), a interpretação mais imediata é de especificador do lugar em que o governo teve problemas.

Relembremos também que essa relação entre posição e interpretação pode ser alterada com uma entonação marcada. Podemos dizer, portanto, que a posição inicial é o primeiro fator condicionante da interpretação subclassificadora.

3.2 Identificabilidade

Uma segunda condição para que o “advérbio” funcione como um subclassificador é que não haja no contexto (linguístico ou situacional) um referente que possa ser **individualizado** diretamente a partir do SN em questão. Tomemos um exemplo:

- (15) Em Portugal o presidente foi aplaudido várias vezes na rua.

Consideremos primeiramente (15) em um contexto em que o assunto seja “as manifestações de massa” e em que não se tenha citado nenhuma pessoa em particular, a qual pudesse ser o presidente de que se está falando em (15). Nesse caso, a interpretação subclassificadora é a mais natural, isto é, trata-se do presidente de Portugal. Imagine-se agora esse mesmo enunciado sendo utilizado num contexto em que se está falando de Bill Clinton. Por exemplo:

- (16) Bill Clinton é muito popular.
- (15) Em Portugal o presidente foi aplaudido várias vezes na rua.

Nesse caso, Bill Clinton é um referente que pode ser individualizado diretamente a partir do SN *o presidente* e, como se trata do presidente dos Estados Unidos, *em Portugal* recebe a interpretação de especificador de lugar do evento e o sujeito é de fato interpretado como sendo Bill Clinton. Mas não é só o contexto lingüístico que pode

favorecer essa interpretação, o candidato a referente pode estar no contexto situacional. Assim, numa conversa sobre política, que se realize na França, entre franceses, o enunciado (15) pode ser interpretado como uma referência a Jacques Chirac, mesmo que ele não tenha sido citado antes uma única vez durante a conversa.

Ao que parece, portanto, o “advérbio” só vai poder contribuir para a delimitação do referente se este já não tiver sido individualizado a partir apenas do SN. Pode-se dizer que a relação anafórica tem preferência para identificar o referente.

Essa condição pode ser verificada também se se compara o exemplo (4) com (17):

(4) No outro apartamento essa televisão pega melhor.

(17) No outro apartamento a televisão pega melhor.

Como vimos antes, em (4), mesmo anteposto, *no outro apartamento* é interpretado como especificador de lugar do evento. Já em (17), a interpretação subclassificadora é a mais imediata. Note-se que *essa televisão* é necessariamente interpretado como uma anáfora, enquanto para *a televisão* a leitura anafórica é possível mas não obrigatória. Em outras palavras, (17) pode receber duas interpretações: a) quando está no outro apartamento, essa televisão pega melhor (interpretação anafórica), ou b) a televisão do outro apartamento pega melhor (independentemente de onde ela se encontre). A interpretação (a) só é possível, e é obrigatória, se houver no contexto uma entidade identificável a partir do SN *a televisão*.

À primeira vista, trata-se da exigência de que o referente seja **novo** – no sentido de Chafe (1976). Mas não é esse o caso, ou melhor, não basta que o referente seja **novo** para que o “advérbio” na posição inicial funcione como subclassificador do SN sujeito. O que importa realmente é que o referente não seja individualizável independentemente do “advérbio”. Se apenas o SN que está na posição do sujeito é suficiente para que o ouvinte individualize o referente, isto é, identifique uma **entidade** particular, o mais provável é que o elemento anteposto seja interpretado como especificador de lugar de evento. Essa questão fica mais clara se colocamos um nome próprio – que identifica diretamente uma entidade particular – na posição de sujeito:

(18) Em Portugal Tom Jobim foi aplaudido várias vezes na rua.

(18) é perfeitamente possível em um contexto em que o referente de *Tom Jobim* seja **novo**; mesmo assim, *em Portugal* só poderá ser interpretado como lugar do evento.

3.3 Expectativa

Para que a interpretação subclassificadora seja possível, é preciso também que haja um certo tipo de relação entre o lugar – significado original do advérbio – e o referente. Essa relação pode ser explicitada em termos da Teoria dos Esquemas.

Relembrando, os esquemas estão associados a objetos, situações, eventos e seqüências de eventos que conhecemos e são *ativados* em nossa mente quando nos deparamos com um desses objetos, situações, etc., ou com uma representação dos mesmos. Assim, por exemplo, se vemos um cachorro ou se ouvimos a palavra “cachorro”, ativamos em nossa memória uma rede de informações que associamos a esse estímulo percebido. Essa rede de informações, ou *esquema*, se constitui de uma parte central, que corresponde basicamente ao sentido “de dicionário” (como, para o nosso exemplo, ‘animal doméstico, mamífero, carnívoro’, etc) e uma parte não definitiva mas normalmente associada à parte central. No caso de **cachorro**, coisas como “são perigosos”, “servem para guardar a casa”, etc. Perini (manuscrito) chama a esse tipo de conhecimento que compõe os esquemas de **expectativas**. As expectativas têm um papel crucial na compreensão. Um texto como *Mudei para uma casa e por isso vou ter de comprar um cachorro* só é compreendido de forma coerente porque nos baseamos na expectativa de que “cachorros servem para proteger casas”. Essa não é uma informação que está expressa no texto, mas se damos sentido a ele é porque imaginamos que o cachorro deverá guardar a casa. A necessidade das **expectativas** para a compreensão fica mais clara se comparamos o texto anterior com *Ganhei um livro e por isso vou ter de comprar um cachorro*. Nesse caso, não parece haver uma conexão entre livros e cachorros que possa ajudar na compreensão do texto; por isso ele parece sem sentido.

Voltando agora à questão do início da seção, pode-se dizer que a relação que deve existir entre o lugar e o referente, para que a interpretação subclassificadora seja possível, é uma relação de expectativa: a de que o referente exista naquele lugar. Comparem-se, por exemplo, (19) e (20):

(19) Na Inglaterra o primeiro ministro gosta de caçar

(20) Nos Estados Unidos o primeiro ministro gosta de caçar.

Para quem tem o conhecimento prévio adequado, em (19) tem-se preferencialmente a interpretação subclassificadora, ou seja, em (19) entende-se que o primeiro ministro da Inglaterra gosta de caçar. Por outro lado, em (20) o “advérbio” não pode ser interpretado como um delimitador do referente do sujeito, já que nos Estados Unidos o regime não é parlamentarista. Em outras palavras, o conhecimento que se tem sobre os Estados Unidos não inclui a expectativa da existência de um primeiro ministro americano. Assim sendo, *nos Estados Unidos* é interpretado como lugar concreto onde o primeiro ministro de outro país (identificado por outros meios) gosta de caçar.¹

¹ Sentenças como (18) e (20), em que o advérbio recebe interpretação de lugar, costumam ocorrer em contexto contrastivo, como por exemplo em:

18. Em Portugal Tom Jobim foi aplaudido várias vezes na rua.
i. mas em Porto Alegre não lhe deram a menor confiança.

Relembrando, os esquemas estão associados a objetos, situações, eventos e seqüências de eventos que conhecemos e são *ativados* em nossa mente quando nos deparamos com um desses objetos, situações, etc., ou com uma representação dos mesmos. Assim, por exemplo, se vemos um cachorro ou se ouvimos a palavra “cachorro”, ativamos em nossa memória uma rede de informações que associamos a esse estímulo percebido. Essa rede de informações, ou *esquema*, se constitui de uma parte central, que corresponde basicamente ao sentido “de dicionário” (como, para o nosso exemplo, ‘animal doméstico, mamífero, carnívoro’, etc) e uma parte não definitiva mas normalmente associada à parte central. No caso de **cachorro**, coisas como “são perigosos”, “servem para guardar a casa”, etc. Perini (manuscrito) chama a esse tipo de conhecimento que compõe os esquemas de **expectativas**. As expectativas têm um papel crucial na compreensão. Um texto como *Mudei para uma casa e por isso vou ter de comprar um cachorro* só é compreendido de forma coerente porque nos baseamos na expectativa de que “cachorros servem para proteger casas”. Essa não é uma informação que está expressa no texto, mas se damos sentido a ele é porque imaginamos que o cachorro deverá guardar a casa. A necessidade das **expectativas** para a compreensão fica mais clara se comparamos o texto anterior com *Ganhei um livro e por isso vou ter de comprar um cachorro*. Nesse caso, não parece haver uma conexão entre livros e cachorros que possa ajudar na compreensão do texto; por isso ele parece sem sentido.

Voltando agora à questão do início da seção, pode-se dizer que a relação que deve existir entre o lugar e o referente, para que a interpretação subclassificadora seja possível, é uma relação de expectativa: a de que o referente exista naquele lugar. Comparem-se, por exemplo, (19) e (20):

(19) Na Inglaterra o primeiro ministro gosta de caçar

(20) Nos Estados Unidos o primeiro ministro gosta de caçar.

Para quem tem o conhecimento prévio adequado, em (19) tem-se preferencialmente a interpretação subclassificadora, ou seja, em (19) entende-se que o primeiro ministro da Inglaterra gosta de caçar. Por outro lado, em (20) o “advérbio” não pode ser interpretado como um delimitador do referente do sujeito, já que nos Estados Unidos o regime não é parlamentarista. Em outras palavras, o conhecimento que se tem sobre os Estados Unidos não inclui a expectativa da existência de um primeiro ministro americano. Assim sendo, *nos Estados Unidos* é interpretado como lugar concreto onde o primeiro ministro de outro país (identificado por outros meios) gosta de caçar.¹

¹ Sentenças como (18) e (20), em que o advérbio recebe interpretação de lugar, costumam ocorrer em contexto contrastivo, como por exemplo em:

18. Em Portugal Tom Jobim foi aplaudido várias vezes na rua.
i. mas em Porto Alegre não lhe deram a menor confiança.

Outros exemplos:

- (21) Na minha casa a TV não pega bem.
- (22) No jardim a TV não pega bem.
- (23) No McDonald's o sanduíche é difícil de comer.
- (24) No McDonald's a Beth é difícil de comer.

Como existe uma expectativa de que casas – mas não jardins – tenham TV, (21) pode ter interpretação subclassificadora, mas em (22) isso é pouco provável (a menos que se esteja falando de uma casa que tenha uma tv em cada cômodo, inclusive no jardim). Considerando-se a expectativa mais comum, *no jardim* é interpretado como o lugar concreto em que uma determinada tv (identificada no contexto lingüístico ou situacional) não pega bem.

Da mesma maneira, como existe uma relação de expectativa entre McDonald's e sanduíche mas não entre McDonald's e Beth, (23) é interpretada como 'é difícil comer o sanduíche do McDonald's'; enquanto (24) recebe a interpretação "é difícil a Beth comer no McDonald's".

3.4 Unicidade (Universalidade)

A expectativa de existência do referente no lugar em questão não é, no entanto, suficiente para tornar a interpretação subclassificadora possível. É preciso ainda que o referente seja o único naquele lugar a que se possa referir com o enunciado em questão. Essa condição de unicidade pode ser verificada se comparamos (25) com (26):

- (25) Na PUC o reitor foi homenageado pelos alunos.
- (26) Na PUC o professor foi homenageado pelos alunos.

A relação de expectativa existe tanto entre PUC e reitor quanto entre PUC e professor. No entanto, a relação entre PUC e reitor é unívoca, enquanto entre PUC e professor é plurívoca, isto é, a PUC tem apenas um reitor, mas vários professores. Conseqüentemente, (25) recebe interpretação subclassificadora, mas (26) é mais natural num contexto em que se está falando de um determinado professor; e nesse caso *na PUC* é interpretado como o lugar em que tal professor foi homenageado.

20. Nos Estados Unidos o primeiro ministro gosta de caçar.

ii. Já no seu país prefere esquiar.

No entanto a contrastividade não é obrigatória como se pode ver, por exemplo, em (15), no contexto de (16). Ou em (18), no contexto de (iii):

iii. Tom Jobim é muito popular.

iv. Em Portugal ele foi aplaudido várias vezes na rua.

Na verdade, a relação necessária é de **universalidade** e não de **unicidade** (cf. Liberato, 1997). Observe-se que em (27) a interpretação mais imediata também é a subclassificadora:

(27) Na PUC os professores foram homenageados pelos alunos.

Embora a relação entre PUC e professor não seja unívoca, o conjunto delimitado pelo SN é **universal**, ou seja, (27) se refere a **todos** os professores da PUC.

Voltando a (26), é interessante observar que, se o enunciado puder ser interpretado como uma generalização, a interpretação subclassificadora se torna possível. Em (26), a predicação parece favorecer uma interpretação individualizada, sobre um professor particular. Por outro lado, (28) é preferivelmente interpretado como uma afirmação sobre todos os professores da PUC:

(26) Na PUC o professor foi homenageado pelos alunos.

(28) Na PUC o professor ganha muito pouco.

Nesse caso, a universalidade se estabelece não entre um indivíduo e o lugar, mas entre uma classe de indivíduos e o lugar.²

3.5 Predicação

O nosso conhecimento prévio associado à predicação do enunciado também interfere na interpretação do “advérbio”. Por exemplo, vimos que em (10) a interpretação de lugar de evento não é possível:

(10) Em Minas o governador é do PSDB.

Ao que parece, isso se deve ao fato de que “ser de um partido político” não é um predicado que possa variar de acordo com o lugar em que a pessoa de quem se predica se encontra. Em outras palavras, um determinado político não pode ser de um partido em um lugar e de outro em outro lugar (no Brasil costumam mudar de um tempo para outro). Dessa maneira fica difícil interpretar *em Minas* como lugar de evento.

Se, no entanto, mudamos a predicação, essa interpretação se torna possível:

(29) Em Minas o governador gosta de caçar.

² Melhor dizendo, a relação nesse caso é entre o lugar e um **papel** – professor – e não entre o lugar e uma **entidade** – um professor particular (sobre a oposição **papel/entidade**, ver Liberato, 1997).

O exemplo (23), citado acima, é um outro exemplo em que a relação universal se estabelece entre o papel e o lugar. É também (v):

(23) No McDonald's o sanduíche é difícil de comer.

v. Na Mesbla o cliente é atendido na hora.

Para maiores detalhes sobre a relação entre a **universalidade**, o tipo de referente (**entidade** ou **papel**) e o tipo de SN (definido ou indefinido), ver Liberato (1997).

Embora a interpretação subclassificadora seja a mais imediata, também é possível usar (29) para se referir a um governador de outro estado, que gosta de caçar em Minas. Isso é possível porque também é possível que alguém goste de caçar em um lugar mas não em outro.

Outro exemplo, aqui repetido, é:

(21) Na minha casa a TV não pega bem.

Como vimos, a interpretação subclassificadora é a mais imediata para (21), mas esse enunciado também pode ser usado para falar de uma TV referida anteriormente) que pega bem em outros lugares mas não na minha casa. Com outro tipo de predicação, a ambigüidade desaparece:

(30) Na minha casa a TV é de 30.

(31) Na minha casa a TV tá quebrada.

A única interpretação possível para o “advérbio” de (30)-(31) é a de delimitador do referente do sujeito.

3.6 Observações finais

É interessante notar que é possível que o “advérbio” contribua na delimitação de outros referentes do enunciado além do sujeito, desde que as mesmas condições apontadas para o sujeito sejam satisfeitas também para esses referentes. Por exemplo:

(32) Em Portugal o presidente foi aplaudido várias vezes na rua pelo povo.

(33) Em Portugal Tom Jobim foi aplaudido várias vezes na rua pelo povo.

Em (32), o “advérbio” funciona como se fosse subclassificador para o referente do sujeito – *o presidente*, mas também de *a rua* e *o povo*. Em (33), *Tom Jobim* não aceita subclassificador, mas o “advérbio” funciona como se fosse subclassificador para o referente de *a rua* e *o povo*.

Esses exemplos parecem reforçar a afirmação de que o “advérbio” exerce a função discursiva de tópico – no sentido de que serve aí como “uma moldura para o resto do enunciado”. Mas para isso não é preciso negar sua função subclassificadora.

O que acontece é que tópico e subclassificador são funções distintas, de aspectos diferentes do processo de interpretação. Tópico tem a ver com a organização dos “assuntos” no texto; e subclassificador tem a ver com o processo de delimitação de referentes. Assim, pode-se dizer que, em (32)-(33), *em Portugal* acumula as funções de tópico e subclassificador.

ABSTRACT

This paper is an attempt to show that the information required to identify referents can be found outside the NP. It discusses the conditions under which a preposed adverbial phrase can take not only the discursive function of a topic but also the semantic function of an adjective, providing relevant information to the referent delimitation process.

Referências bibliográficas

- CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness definiteness, subjects, topics and Point of View. In: LI, Charles (Ed) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- CUNHA, Celso. *Gramática moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- FAUCONNIER, Gilles. (1985). *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- LIBERATO, Yara G. *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1997. (Tese. Doutorado em Estudos da Linguagem).